



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 13 DE SETEMBRO DE 2019

No dia treze do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretária Maria de Lurdes Oliveira de Castro, como presidente da mesa e em substituição do presidente da Assembleia e secretariada por José Bernardino Pinto Nogueira e Antero de Sousa Correia com a seguinte ordem de trabalho:-----

- 1 Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara e Discussão de Outros Assuntos de Interesse do Município; -----
- 2 Quarta Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2019; -
- 3 Alteração ao Mapa de Pessoal; -----
- 4 Designação do Júri de Procedimento Concursal para Recrutamento de um Dirigente Intermédio de 2.º Grau; -----
- 5 Designação do Júri de Procedimento Concursal para Recrutamento de um Dirigente Intermédio de 3.º Grau; -----
- 6 Transferência de Competências do Domínio da Educação; -----
- 7 Transferência de Competências do Domínio da Saúde; -----
- 8 Reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projeto "Empreendimento de Turismo no Espaço Rural na Modalidade de Agroturismo"; -----
- 9 Desafetação do domínio público, de uma parcela de terreno, sito na Av. S. Gonçalo, freguesia de Macieira; -----
- 10 Desafetação do domínio público, de uma parcela de terreno, sito na Rua da Junta de Freguesia, freguesia de Macieira; -----
- 11 Estratégia Local de Habitação de Lousada;-----
- 12 Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para a "Comissão Municipal de Proteção Civil"; -----
- 13 Relatório de Execução Orçamental e Financeiro do 1.º Semestre de 2019 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal Lda; -----
- 14 Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Figueiras e Covas - Conclusão da obra do Penedo do Sol, Figueiras; -----
- 15 Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga – Pavimentação a cubos de granito de estacionamento da Rua da Igreja e Lagares em Silvares; -----
- 16 Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Cristelos,

L. Castro
[Signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Boim e Ordem – Construção e beneficiação do edifício da Junta de Freguesia de Cristelos; -----

----- 17 Atribuição de subsídio ao Parque do Areinho – Meinedo – Construção das Instalações Sanitárias -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: **Luciana Isabel Dias Martins** em substituição do membro efetivo Júlia Maria Ribeiro, **Pedro Teixeira Mendes** em substituição do membro efetivo António José Mendes, José Bernardino Nogueira, Maria Cândida Novais, **Sónia Cristina Lourenço Ribeiro** em substituição do membro efetivo João Carlos Correia, António Filipe Barbosa, Sandra Maria Teixeira, **Óscar Miguel Silva** em substituição do membro efetivo **João Carlos Fonseca**, Ricardo Bessa Marques, Eduarda Filipa Ferreira, Alexandra de Fátima Bessa, Maria do Céu Rocha, José Manuel Gonçalves, Luís Filipe Oliveira, Jorge Manuel Furtado, Rúben João Bessa, Maria José Meireles, Antero de Sousa Correia, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Paulo Abílio Santos presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Diogo Agostinho Aires presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Pinto, presidente da Junta de Torno, António Fernando Silva, presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), **Dora Manuela Rocha** em representação de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, José Oliveira Nunes, presidente de Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Maria de Lurdes Castro, num total de trinta e três membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Cristóvão Simão Ribeiro, Cristina Moreira, Sandra Maria Silva e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

lcastro
my
As



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- *Oscar Miguel Sobral da Silva* substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca, que comunicou uma ausência por um dia uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Diana Isabel Dias da Costa Sampaio, não se encontrava disponível. *Sónia Cristina Lourenço Ribeiro*, substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal João Carlos Pinto Correia, que comunicou uma ausência por um dia uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista Rui Fernando Vieira da Silva Pereira, não se encontrava disponível. **Pedro Teixeira Mendes** substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal, António José Pacheco Mendes, que comunicou uma ausência por um período de sete dias. **Luciana Isabel Dias Martins**, substitui o membro efetivo da Assembleia Municipal Júlia Maria Ferreira Ribeiro, que comunicou uma ausência por dois dias uma vez que o elemento imediatamente a seguir na ordem da lista João Pedro Bessa Leite de Carvalho, não se encontrava disponível e *Dora Manuela Rocha* como representante legal do presidente de Junta da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. -----

----- De seguida informou-se os membros da Assembleia Municipal de Lousada, que a ata da sessão ordinária de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove não seria votada nesta sessão, mas na próxima Assembleia Municipal, por não ter sido possível redigi-la face a constrangimentos na gravação. -----

----- Não houve intervenções no Período dos Grupos Municipais -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS/PP: «Senhora presidente da mesa, presidente de câmara, vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia. Venho colocar uma questão associada à comunicação do senhor presidente da câmara, na qual vem a execução orçamental até ao mês de setembro. Reparei que existe uma rubrica que apresenta nas receitas de capital que apresenta um desvio

Costa
my
Costa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

significativo. Consequentemente, questionava qual a razão para este desvio e se está associado aos atrasos nos fundos comunitários que são entregues pelo estado, como tem acontecido. E se sim, perceber como é que tem sido a evolução nos últimos tempos. E, se de alguma forma esta Assembleia, pode num ato político passar uma mensagem para os órgãos responsáveis, para que estes acelerem o pagamento à câmara de Lousada e a outros Municípios, de forma a reduzir as restrições de tesouraria e de liquidez da câmara, que muitas vezes estes atrasos colocam à governação.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Houve bastante atraso na execução dos Fundos Comunitários, mas do ponto de vista financeiro não tem havido nada que seja anormal. Estamos numa fase de grande aceleração e com avisos a terminar. Aliás, tivemos um período de férias muito complicado, com prazos de candidaturas a terminar no final de setembro. Na quinta-feira, na reunião da Comunidade Intermunicipal foi deliberado pedir mais 30 dias para alguns dos avisos que estão agora a fechar, nomeadamente para as zonas industriais, património cultural e património natural. Relativamente às escolas, ainda há dias assinei os contratos de reforço de financiamento no âmbito da reprogramação e o aviso já fecha agora. As indicações que temos é que a Autoridade de Gestão vai conceder uma prorrogação, embora não seja certo que isso vá acontecer, porque, por outro lado, também existe uma vontade enorme de acelerar e recuperar o tempo perdido, porque infelizmente a primeira parte de execução dos Fundos Comunitários foi muito lenta. Queria dar nota de que os maiores atrasos têm-se verificado na eficiência energética. Do ponto de vista da execução financeira não temos grandes problemas. Lembro-me que há um ou dois mandatos atrás tivemos uma fase muito crítica, em que havia muitos atrasos nos pagamentos e um volume de execução física muito grande, mas atualmente não tem havido nenhum problema do género que seja digno de registo.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Quarta Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2019. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Todos terão visto os documentos e verificado que este ponto da agenda é para criar uma rubrica para a execução de um coberto no Centro Escolar de Figueiras, que é uma pretensão da Comissão de Pais. Para além desta obra vamos avançar com uma outra, no Centro Escolar de Lustosa, que já estava prevista no plano, para que possamos ter condições de avançar com as obras.» -----

Costa
m
P



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da Quarta Revisão Ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de dois mil e dezanove, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- TERCEIRO PONTO: Alteração ao Mapa de Pessoal. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Esta alteração não vai ter implicações financeiras porque ainda temos rácio do Ministério da Educação. A ideia é aproveitar a lista do último concurso que está em vigor e chamar as funcionárias que se seguem na lista, mas para isso temos que ter os lugares previstos no quadro.» -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da Alteração ao Mapa de Pessoal em vigor, o qual prevê a criação de um posto de trabalho de Assistente Técnico (Administrativo) e dois postos de trabalho de Assistente Operacional (Ação Educativa), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, nos termos do n.º 5 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- QUARTO PONTO: Designação do Júri de Procedimento Concursal para Recrutamento de um Dirigente Intermédio de 2.º Grau. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «O que posso dizer, sem qualquer desconsideração por esta Assembleia, é que acho que não tem qualquer sentido que estas matérias sejam objeto de deliberação da Assembleia Municipal, mas a lei assim o determina. Tratando-se de Gestão

lcastro
M
A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Recursos Humanos a competência devia ser da Câmara.» -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação do número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a Designação do Júri do Procedimento Concursal para Recrutamento de Um Dirigente Intermédio de Segundo Grau para o Cargo de Dirigente da Divisão de Sistemas de Informação e Comunicação: Presidente: Eng.º José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; Vogal efetivo: Eng.º Bruno Oliveira, Diretor do Departamento de Sistemas de Informação do Município de Matosinhos, a quem se reconhece competência na área funcional respetiva; Vogal efetivo: Dra. Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 1º Vogal suplente: Dra. Telma Inês Xavier Correia, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e 2º Vogal suplente: Eng.ª Fernanda Maria Morais Lemos, Chefe da Divisão de Mobilidade e Equipamentos do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos, para cumprimento do art.º 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- QUINTO PONTO: Designação do Júri de Procedimento Concursal para Recrutamento de um Dirigente Intermédio de 3.º Grau -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a Designação do Júri do Procedimento Concursal para Recrutamento de Um Dirigente Intermédio de Terceiro Grau para o

Ldastno
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Cargo de Dirigente do Serviço de Polícia Municipal: Presidente: Eng.º José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; Vogal efetivo: Dra. Telma Inês Xavier Correia, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; Vogal efetivo: Dra. Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 1.º Vogal suplente: Eng.ª Fernanda Maria Morais Lemos, Chefe da Divisão de Mobilidade e Equipamentos do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e 2.º Vogal suplente: Dra. Cristina Maria Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Financeira do Município de Lousada, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos, para cumprimento do art.º 13º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação, que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- SEXTO PONTO: Transferência de Competências do Domínio da Educação -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssima presidente da Assembleia, membros, presidente de Câmara e vereadores. Seria uma Assembleia para fazermos um balanço, sobre outros assuntos, porque durante quatro anos de um governo anterior e está a terminar uma legislatura e, já disse isto não se fizeram coisas, porque acusou-se o governo de garrotear ou de castrar financeiramente os Municípios. Sobre a transferência de competências que é um processo de descentralização, no qual o meu partido se envolveu, com a qual não concordo, gostava de deixar claro, que em momento oportuno nós dissemos que o Município devia pensar muito bem e já há muito tempo neste mesmo local dissemos que enquanto não soubéssemos como, quando, com que fundos, com que meios, com que competências, deveríamos negar sempre. E, verdadeiramente este é um processo de descentralização que parece um

Yastre
my
B



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bolinho chinês, tem uma mensagem dentro e que só sabemos a mensagem depois de comer o bolo, ou seja aceitamos primeiro e depois sabemos o que é que vem, porque é tudo feito em segredo, ninguém sabe muito bem o que está aí para vir, com que linhas nós vamos gerir as coisas. E, gostava de dizer a título pessoal que há muitos anos atrás, já tinha idade para votar, manifestei-me contra aquele modelo de Regionalização e contra aquele processo de legislação, mas com esta descentralização que não sei qual é? Prefiro uma regionalização transparente e democrática como a descentralização que é feita nos corredores, não sei muito bem quais e, que andamos aqui a receber coisas, sem saber muito bem quando, como, quais, com que meios e às pinguinhas, porque agora dizemos que não, para à frente dizermos que sim.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Partido Socialista: "Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, senhor presidente, senhoras e senhores vereadores, caros membros desta Assembleia, público e comunicação social. No âmbito das transferências do domínio da educação e da saúde e refiro-me aqui ao ponto seis e sete da ordem de trabalhos. O Município tem feito uma análise atenta dos critérios e tem sido aceite o que não implica assunção de encargos. Mas, nestes dois domínios portanto a educação e a saúde em que existe assunção de novas responsabilidades e encargos, importa ter certezas dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais que são necessários. Ora, como a Câmara Municipal ainda não tem toda a informação de que necessita sobre os recursos, não detém todas as condições para aceitar a transferência de competências nestes domínios em 2020. Neste sentido, a bancada do partido socialista votará favoravelmente a não-aceitação das competências, pois mais uma vez este executivo está a demonstrar uma grande responsabilidade na gestão das suas contas.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e sete minutos quando deu entrada na Assembleia Municipal o seguinte membro: *Carlos Pedro Moreira, presidente de Junta de Freguesia de Meinedo.* -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Esta proposta vem no seguimento do que sempre disse sobre esta matéria. Já tivemos que nos pronunciar ou pelo menos discutir o assunto, e disse que não iria de uma forma cega aceitar as competências. Todas as competências que foram já aceites não têm implicações sob o ponto de vista financeiro. Mesmo no caso das Estradas Nacionais e da Habitação Social, apesar de nós termos

Castro
my
P



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

assumido as novas competências a lei é muito clara e prevê que só há transferências dominial quando houver acordo expresso entre o Município e o Estado. Haverá um processo de negociação e só depois desse processo de negociação, e mediante o acordo expresso, é que poderá haver a transferência dominial. Concordo com algumas observações que disse, se calhar não tem grande sentido avançar com um pé e não com os dois, mas de qualquer modo entendi que na altura era útil sobretudo no domínio das Estradas Nacionais, muito embora agora parece que há um vazio, porque as Infraestruturas de Portugal têm um entendimento que a tutela não tem e, ainda há dias numa audiência pedi para que fossem emitidas recomendações, porque na minha ótica, há matérias que já não pertencem à alçada das Infraestruturas de Portugal. Há dúvidas se algumas das competências que nós assumimos já estão em vigor, nomeadamente no que respeita a licenciamentos e publicidade junto das estradas nacionais, sobretudo nas zonas urbanas, pelo que convém que o assunto seja esclarecido para não haver trapalhada. Isto para dizer que esse pacote de competências não tinha grandes implicações financeiras, mas este aqui já não é bem assim e, apesar de nós já termos recebido uma proposta com o pacote de transferências proposto, pedimos informação desagregada para perceber exatamente ponto por ponto, se de facto esses recursos são suficientes para o efeito, porque não faria sentido estarmos aceitar sem mais, sem ter essa certeza e neste momento ainda não temos essa certeza e vamos ter mais tempo para aprofundar o assunto e termos toda a informação necessária para tomar a deliberação em consciência, sendo certo que no final de 2021 todos terão que aceitar, mas pelo menos temos tempo se houver necessidade de corrigir alguma coisa de o fazer. Por outro lado interessa-nos (creio que na última Assembleia terei referido) ainda fechar um dossiê da melhor forma que tem que ver com o reforço de financiamento para as Infraestruturas Educativas. Nós conseguimos um reforço muito substancial na reprogramação do 2020, superior àquele que na primeira fase do programa conseguimos para as escolas, mas ainda não é suficiente para aquilo que se pretende e como sabem a escola E.B. 2/3 de Lousada Centro está com uma grande intervenção. Conseguimos um valor significativo para a EB 2,3 de Caíde, mas quem definiu as prioridades não fomos nós, foi a tutela. E, o que nós defendemos perante a tutela é que a situação da E.B. 2/3 de Lustosa e de Nevogilde é exatamente igual à de Caíde. E, portanto tem todo o sentido nós conseguirmos alocar um reforço de financiamento de igual montante para se fazer uma intervenção igual, uma vez que as escolas são muito semelhantes e o ano de construção não é muito diferente e o coeficiente de vetustez de todas elas não é muito

Costa
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

diferente. Já sensibilizei o Sr. Ministro da Educação e o Gabinete do Senhor Ministro está a ver de que forma é que poderá isso ser conseguido e também me interessa ter aqui mais poder negocial para fechar isto no seu todo e portanto acredito que vai ser possível um reforço também substancial para fazermos uma intervenção mais de fundo também em Lustosa e em Nevogilde.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da não-aceitação da Transferência de Competências no Domínio da Educação para o ano de 2020, previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30/01 e que a deliberação que vier a recair sobre o diploma em apreço seja Comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais – DGAL, nos prazos previstos” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Transferência de Competências do Domínio da Educação -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da não-aceitação da Transferência de Competências no Domínio da Saúde para os anos de 2019 e 2020, previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01 e que a deliberação que vier a recair sobre o diploma em apreço seja Comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais – DGAL, nos prazos previstos.” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- OITAVO PONTO: Reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projeto "Empreendimento de Turismo no Espaço Rural na Modalidade de Agroturismo" -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia

Costa
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal de Lousada o Reconhecimento de Interesse Público Municipal do Projeto “Empreendimento de Turismo no Espaço Rural na Modalidade de Agroturismo”, sito na Rua de São Paio, freguesia de Casais (atualmente agregado à União de freguesias de Nespereira e Casais), tendo em vista o seu reconhecimento como ação de relevante interesse público, para efeitos de utilização de uma parcela de terreno classificado como Reserva Agrícola Nacional, para fins não agrícolas, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.3 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro.”

----- A proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- NONO PONTO: Desafetação do domínio público, de uma parcela de terreno, sito na Av. S. Gonçalo, freguesia de Macieira.-----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Quer neste ponto, quer no ponto seguinte, são duas parcelas pequenas que estavam afetadas a tratamento de águas residuais, mais propriamente fossa séptica, mas a partir do momento que houve saneamento deixou-se de justificar a sua manutenção no domínio público. No anterior mandato, o anterior presidente da Junta de Macieira tinha enviado ofícios para a Câmara a solicitar que essas parcelas fossem entregues à Junta, mas para haver essa decisão, em tempo oportuno, a Assembleia tem que deliberar a desafetação para que estas parcelas integrem o domínio privado.» -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para proceder à desafetação do domínio público, por perda da respetiva utilidade pública, de uma parcela de terreno sito na Av.ª S. Gonçalo, freguesia de Macieira, com a área de 70 m² (setenta metros quadrados), a confrontar de norte e poente com Bernardo Peixoto Xavier, a sul com a Av.ª S. Gonçalo e nascente com José Joaquim Ferreira, o qual correspondia a um terreno ocupado com a instalação de fossas e poços sumidouros, parcela que se encontra integrada no domínio Público Municipal e a conseqüente integração no domínio privado do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.” -----

Lcastro
M
✓
O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- DÉCIMO PONTO: Desafetação do domínio público, de uma parcela de terreno, sito na Rua da Junta de Freguesia, Freguesia de Macieira -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização para proceder à desafetação do domínio público, por perda da respetiva utilidade pública, de uma parcela de terreno, sito na Rua da Junta de Freguesia, freguesia de Macieira, com a área de 78 m² (setenta e oito metros quadrados), a confrontar de norte com Valentim Bragança, a sul com caminho público, nascente com José Ribeiro da Silva e a poente com lote 8, o qual correspondia a um terreno ocupado com a instalação de fossas e poços sumidouros, parcela que se encontra integrada no domínio público municipal e a conseqüente integração no domínio privado do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia Municipal a Sra. Vereadora Cristina Moreira (PS). -

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Estratégia Local de Habitação de Lousada -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS/PP: «Quero manifestar o meu agrado com alguns pontos deste documento, nomeadamente o facto de a câmara querer colaborar em parceria com os privados e com as instituições sociais num verdadeiro estado social de parceria. Assim como na questão de trabalhar e procurar junto dos proprietários soluções para que toda a população de Lousada possa ter uma habitação e condições de vida condignas como a nossa Constituição assim o definiu. Aproveito este ponto, e no seguimento de uma entrevista do antigo presidente do IHRU, onde o mesmo afirmou que no final do mandado tinha deixado dezoito milhões de euros no Instituto e que o Ministério das Finanças forçou a seu regresso ao Ministério para perguntar:

Lousada
M
A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Atendendo que temos o Bairro Dr. Abílio Moreira, em que a maior parte das frações é do IHRU e está previsto neste plano a sua intervenção, gostaria de perguntar se o senhor presidente da Câmara tem tido contatos com o IHRU, para perceber se eles tem disponibilidade financeira para realizar as obras e para dotar o bairro de melhores condições e oferecer à sua população melhorias nas infraestruturas. Isto, porque no concelho vizinho existe um bairro parcialmente detido por privados e parcialmente pelo IHRU, em que as obras estão paradas, porque o IHRU não cumpre com a sua parte, não contribuindo com a percentagem das suas frações para as obras realizadas.» -----

----- Intervenção Fausto Oliveira, presidente de Junta da União de Freguesias Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Excelentíssima senhora presidente da Mesa, restante mesa, senhor presidente de Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, público e comunicação social. Sobre o assunto da habitação social, começava por retomar aquilo que o Pedro Mendes referiu e demonstrar a minha perplexidade, de certa maneira, sabendo que o IHRU vai ser responsável por este projeto, andava sempre nas lonas, como se costuma dizer, nunca teve dinheiro para fazer nenhum tipo de intervenção, vê-se o que acontece com o Bairro Dr. Abílio Moreira, onde existe imensas habitações que não estão requalificadas e cuja responsabilidade é do IHRU, como é que nós podemos antever que este projeto tenha alcance e tenha execução se sempre assim foi? Lembro que esta ideia do 1.º Direito é uma ideia que vem na sequência daquilo que era o PER e o PER terminou por falta de dinheiro, esgotou-se em si mesmo, o que leva os deputados a questionar o governo sobre este projeto e, daí surge essa medida para este projeto e que eu quero aqui revelar e constatar que é um projeto interessante, ambicioso mas, no meu ponto de vista, não passa disso, não passa de ser muito interessante nas ideias, nos princípios, naquilo que se pretende para o país em termos da dignidade que deve ser dada a todos os cidadãos ao nível da habitação, mas as coisas esbarram, quando, por exemplo, Lisboa fica com uma percentagem substancial daquilo que será o financiamento para este projeto que está orçamentado em 700 milhões. Nós sabemos que os orçamentos são sempre uma perspetiva de ideia do que se pretende, mas este governo, a continuar como tem feito até agora, não vão faltar cortes e não vão faltar as famosas cativações porque o dinheiro não vai chegar para tudo. Se nós consideramos Lisboa, Setúbal, Porto, que ao nível da realização do PER está ainda aquém daquilo que seria o objetivo traçado em 1983, em termos de avaliações progressivas ficamos a ver que este projeto é muito

Fausto
Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

interessante, é muito bonito, mas depois vai desaparecer. Relativamente a este documento, acho que era importante analisarmos em profundidade. Da análise que tive, a perceção que eu fiquei foi que depressa e bem há pouco quem. Embora, também dou aqui de bandeja um outro aspeto que é aquilo que se costuma dizer e ver naqueles programas de culinária que é o pouco é muito e às vezes aquilo que se percebe é que temos aqui um projeto que na sua génese quer abranger tudo mas, no fundo, vai ficar por muito pouco, porquê? Porque o dinheiro não vai chegar!... Apesar de este projeto apresentar um valor na ordem dos 12 milhões de euros de investimento, mas não sabemos de onde é que vem, quais são os locais de financiamento, Se é do Município, quanto é que é do Município, quanto é que é do IHRU, quanto é que é dos privados? Há um número atirado à sorte, podia ser de 12 milhões, 15 milhões, 20 milhões, 5 milhões, ninguém sabe o quê!... Acho que era melhor não estar lá esse número, porque acho que ele representa muito pouco. Há uma questão importante, relativamente ao documento, eu não encontrei, posso não ter conseguido ler e li o documento duas e três vezes, mas não encontrei uma referência muito clara, por exemplo sobre o estado das habitações do Bairro Dr. Abílio, ou seja, quantas habitações são? Quais são as privadas? Quais são as que estão em comodato? Quais são as públicas? Quantas é que são do Município? Que tipo de habitações? Que tipo de tipologia é que tem? Há um vazio completo sobre essa situação, que no meu ponto de vista devia ser um dos pontos fundamentais deste documento, na medida em que tem ali um potencial enorme. A mesma coisa se passa com a habitação do Município, também não há uma referência muito clara ao tipo de habitação que existe? Quais são as famílias que estão ali? Quais são as problemáticas sociais que estão a ser servidas? Relativamente aos pedidos de habitação, referi numa das últimas Assembleias e a questionar quantas pessoas, quantas famílias estão neste momento em lista de espera no Município a pedir habitação? Não há uma referência concreta a esse número de pessoas. Quantas famílias são? Em que condições é que estão? O porquê de requer a habitação? De onde é que vem? Faltam esses elementos, que acho importantes poderem acrescentar. Relativamente ao IHRU, reforço aquela ideia do Pedro e, também já questionei qual é a política do Município relativamente ao Bairro, ou seja é que nós não podemos dissociar este projeto da “Estratégia da Habitação Local”, com aquilo que é competência do Município no domínio da habitação, que foi uma competência que já foi aceite, já faz parte do Município. Do meu ponto de vista o Município tem que estar a trabalhar no sentido de negociar com IHRU, quem gere? Como gere? Quais são os encargos? Quanto é que vais ser necessário investir para recuperar a

Ycastro
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

habitação? Temos um espaço muito importante no sentido de fazer essa recuperação. Outra situação tem a ver com mais duas questões importantes que não vejo aqui, que é o arrendamento a custos controlados. O concelho de Lousada, claramente não é o único a nível do Vale do Sousa, nem do país, que vive um problema grave de habitação, sobretudo para arrendamento. Temos efetivamente uma baixa ou quase nula oferta de habitação para arrendamento, mas pior do que não termos habitação para arrendamento, não temos habitações a custos controlados, não temos efetivamente habitação que possa potenciar que os jovens aqui fiquem e que se mantenham no concelho de Lousada e potencie o seu desenvolvimento e o seu crescimento económico, populacional, etc... Existe uma medida plasmada e fico contente de a ver, todas as medidas, todas as propostas são de tal ordem genérica que no meu ponto de vista falta-lhe um pouco mais de concretização, no como, na forma como é que se pode chegar lá. Eu sei que uma estratégia com um conjunto de princípios, quando estudava, sabia que uma estratégia tem que ter os meios, porque uma estratégia sem meios e tem que saber para onde é que se vai e aqui só tem os princípios, só tem os objetivos, no fundo só tem a missão, mas falta definir como é que vamos chegar lá, porque uma estratégia ao nível daquilo que li, que sei que é uma estratégia clara tem que contar com meios, estratégia sem meios não é uma estratégia clara. E, finalmente, outro aspeto que não vi claro tem a ver com as famílias que têm perdido as suas habitações devido a problemas de crédito, sobretudo, na classe média. Não há aqui nada definido, relativamente a isso como ajudar estas situações de um conjunto enorme de famílias que tem vindo a perder a sua habitação, que tem feito um esforço enorme. Nós preocupamo-nos, efetivamente, com aqueles que não têm habitação, que estão numa classe social muito baixa, mas deixamo-nos de preocupar com uma certa classe média, que cada vez mais está mais baixa, cada vez está mais empobrecida e está em muitos casos a atingir situações de problemática social muito grave, este é um aspeto que chamo atenção como muito importante. E, para finalizar, gostava de saber, qual é, efetivamente a linha condutora? Quanto é que o Município vai investir, neste projeto da habitação para o concelho de Lousada, independentemente dos apoios que são fundamentais que vêm do Estado, mas qual é o esforço? Qual é a estratégia? Onde é que o Município vai pôr os ovos? Vai ser na reabilitação casa a casa? E, sobre esse aspeto ressalto o que falei sobre os ARU'S, e aquilo que disse relativamente à realização dos ARU'S no concelho de Lousada, que foram muito pouco abrangentes ao nível da reabilitação social. Queria colocar a questão se o Município vai rever essa situação dos ARU'S? Alguns Municípios já estão

Castro
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

a ver para permitir que haja uma maior requalificação da habitação no concelho de Lousada, porquê? Porque isso pode potenciar essa habitação para arrendamento e, sobretudo, para mudar a face urbana do concelho de Lousada que em alguns casos parece Kosovo. Há alguns locais que a gente passa e vê as casas completamente desfeitas, que mais parece que estamos num país do Kosovo. Ficam estas questões, para as quais gostava de obter resposta.» -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Teixeira do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, vereadores, colegas, público e comunicação social. O Município de Lousada, ao longo das últimas décadas, tem aproveitado todas as oportunidades no que a fundos comunitários e apoios diz respeito, em prol da comunidade e desenvolvimento do Concelho. Sendo o parque habitacional, um dos eixos da gestão pública que muito nos preocupa, tendo sido objeto de um novo programa de apoio – é reconhecido e determinante o papel central que a habitação e a reabilitação têm na melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e para a coesão social e territorial. Relembramos que desde 2006, o município efetuou os primeiros realojamentos, que temos Habitação Social Municipal. Inicialmente tínhamos 66 fogos pelo PER e 14 fogos pelo ProHabita. Contudo e com a revogação do PER, ficamos com os 90 fogos pelo ProHabita. Pese embora o apoio que é dado aos utentes para o Porta 65, como forma alternativa de resposta. Assim, no decurso da publicação do Decreto-lei n.º 37/2018 surge o programa denominado como o 1º direito – programa de Apoio ao Acesso à Habitação, orientado para assegurar o acesso a uma habitação adequada às pessoas que vivem em situações indignas e que não dispõem de capacidade financeira para aceder, sem apoio, a uma solução habitacional adequada. Conforme descrito no seu artigo 5.º, define-se como condições indignas e passo a citar: “Vivem em condições indignas as pessoas que não dispõem de uma habitação adequada, residindo de forma permanente, nomeadamente, em situação de: Precariedade, considerando-se como tais as situações de pessoas sem-abrigo, situações de violência doméstica, isoladas sem capacidade de viver sozinhos e/ou de assegurar a manutenção de uma habitação familiar; Insalubridade e insegurança, nos casos em que a pessoa ou o agregado vive em local, construído ou não, destituído de condições básicas de salubridade, segurança estrutural, estanquidade e higiene ou por ser uma edificação sem condições mínimas de habitabilidade; Sobrelotação, quando, da relação entre a composição do

Ycastro
hy
~
[Signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

agregado e o número de divisões da habitação, esta constitui um espaço de habitação insuficiente; Inadequação, por incompatibilidade das condições da habitação com características específicas de pessoas que nele habitam, como nos casos de pessoas com incapacidade ou deficiência.” Ora desde já podemos distinguir diversas variantes do conceito de “condições indignas”. Tanto pode ser de facto uma habitação sem o mínimo de condições, como pode ser de facto uma habitação perfeita mas cujos inquilinos não tem capacidade financeira para suportar os custos de renda, entre outras variantes. Perante esta oportunidade, e novas realidades, o Município de Lousada, uma vez mais, na linha da frente, tendo sido o único município do Tâmega e Sousa, até à presente data a formalizar a sua Estratégia Local para a Habitação de Lousada, fez o que lhe competia. Deitou mãos-à-obra e elaborou em conjunto com os parceiros sociais, juntas de freguesia e demais interessados um documento imprescindível, sem o qual não seria possível, nenhuma família, nenhum privado, entidade pública ou mesmo uma IPSS, apresentar a candidatura ao apoio do 1º Direito. E, para lhe dizer Sr. Fausto, que no Bairro Dr. Abílio todas as famílias que lá residem, tudo está devidamente documentado em dossiê. O Município dispõem dessa informação, quantos são; que tipo de tipologia são; número de habitantes por habitação. Em relação à lista de espera das famílias em Lousada, à procura de habitação, essas todas também foram consideradas no respetivo documento. Não está neste final, mas está em dossiê técnico próprio.» -----

----- Intervenção Fausto Oliveira, presidente de Junta da União de Freguesias Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Só queria referir a esse ponto que foi chamado à colação, sei que a câmara os têm, não estão é no documento e deviam estar. Reparem, no documento diz lá diagnóstico local e depois só temos mapas nacionais, da população, de não sei o quê, disto e daquilo, tudo global, do INE, muito interessante e o que era essencial para nós percebermos a realidade que vamos intervir, não era preciso estarmos na realidade local? Só estou a dizer que isso devia lá estar. Para nós, que estamos a ler o documento compreendermos melhor a realidade e sabermos como a vamos transformar, acho que a primeira questão é compreender a realidade? Sabermos os dados, para depois pudermos a transformar. Esses dados deviam lá estar e há outros dados que lá estão que não fazem sentido nenhum lá estarem, nem fotografias, nem mapas de âmbito global como se dizia quando eu fazia um trabalho académico são pura palha, mais nada que não palha. Aquilo que era efetivamente local devia lá estar, eu sei que os Municípios têm conhecimento disso, não estou a pôr em causa, acho que era importante ter lá estado, porque isto tem que ser apresentado ao IHRU,

lcastn
M/
P



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não é só para aprovarmos, tem que ir para IHRU, ter uma fundamentação muito mais exaustiva de facto da necessidade de apoiar este Município. Se não diz nada sobre quais são as necessidades efetivas, a não ser as 440 famílias, que sobre isso também gostava de dizer que no meu ponto de vista e com o tempo que houve não são a realidade do concelho e são muito abaixo, podia-se fazer uma prospeção daquilo que seria com a amostra que temos, a prospeção real do concelho a esse nível, também podíamos ir por aí, acho que era só por isso, portanto o documento podia estar mais completo e sobretudo na forma como apresenta as medidas. Eu vi outros documentos de outros Municípios, da forma como apresenta, como é que justifica, devia estar mais profundo na motivação e sobretudo na apresentação e na forma como se vai chegar lá. É isso que acho. Acho que o documento podia ser melhorado.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Eu sei que o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de dados) serve como escudo para muitas coisas, mas não queremos os dados pessoais das pessoas, queremos os dados globais daquilo que significa para o concelho, porque o RGPD (Regulamento Geral de Proteção de dados), serve para tudo e para mais alguma coisa e para esconder aquilo que deve ser transmitido. Nós não precisamos que nos digam quem são pessoas, precisamos é que nos deem o panorama do concelho para podermos saber exatamente do que estamos a falar.» -----

----- Intervenção da Sra. Sandra Teixeira do Partido Socialista: «Como qualquer estudo estratégico tem que haver um enquadramento macro. Daí estar os dados do INE, com o enquadramento onde nos situamos. Na parte final do estudo, vocês devem ter lido também como eu, aqueles mapas finais de síntese derivam de todo um plano de trabalho, de terreno que foi feito. Agora, também para dizer que oficialmente pelo IHRU as ELH apresentadas até ao momento e aprovadas oficialmente foram: Arruda dos Vinhos, Lisboa, Faro, Silves e Funchal. Foram já aprovadas pelos órgãos autárquicos as ELH de Almada, Alfândega da Fé, Loulé, São João da Madeira e Guimarães. Portanto, estamos a tentar ir na linha da frente a ver se conseguimos e como esteve presente bem como a presidente da IHRU, tentar chegar ao maior bolo possível. Esta é uma mudança de paradigma no que diz respeito à atribuição de uma casa às famílias. Privilegia-se a requalificação e a permanência da família no local da sua origem, não deslocalizando, nem engavetando as pessoas em “blocos de cimento” e ainda dá-se um valor imprescindível de apoio ao arrendamento. Constitui

Lousada
M
A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

principal objetivo conhecer as necessidades habitacionais do concelho, projetar um “futuro desejado”, planejar e monitorizar a intervenção pública de habitação, em estreita articulação com a comunidade local, nomeadamente, com as juntas de freguesia e com esta Autarquia e das equipas de intervenção social, numa logica de estratégia de eficiência coletiva, onde cada um tem resposta adequada à sua condição, nomeadamente o alojamento apoiado, meios complementares e residências autónomas, lares, etc. Na medida em que podem nascer novas centralidade aproveitado aqueles que são os serviços desconcentrados, nomeadamente, educação, saúde, apoio social e até recreativo. No entanto, vemos um potencial inerente como a capacidade de fixar as pessoas próximas do seu emprego, nomeadamente facilitando a fixação de famílias jovens, estabilizando a sua vida profissional e aumentando o possibilidade de natalidade no concelho. Resumidamente, este documento tem por base um diagnóstico das carências existentes, pretendendo fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção para a atuação. Em Lousada, foram sinalizados 440 agregados familiares, num global de 12 milhões de euros, a implementar até 2024. Maior percentagem relativa ao apoio ao arrendamento e em seguida obras de requalificação, ficando um valor diminuto no que concerne à aquisição de imóveis. Portanto, que não se entenda, para alguns convenientemente, que os 440 agregados familiares estão em condições degradantes! Não é isso que está em causa. Está em causa que 440 agregados poderão fazer parte dos critérios que abordei na intervenção anterior e todos sabemos que são de variadíssimas origens e problemáticas distintas. Para o sector da construção/imobiliário, uma vez que podem construir pequenos empreendimentos a custos controlados, o que é uma aposta importante para as famílias de recurso médios que vêm assim a maior fatia do orçamento familiar diminuir para o valor desejado/taxa de esforço inferior aos 30% de rendimento do agregado familiar. Muito importante o facto de as famílias não se terem de endividar e na vertente empresarial o facto de estas terem apoio para as construções, não havendo assim azo a especulação imobiliária indesejada face à forte procura neste momento no mercado. Esta estratégia do governo socialista será para dar a possibilidade de todos os portugueses estarem em casa digna até ao limite temporal de 2024, assinalando-se assim de forma exímia a comemoração do 25 abril. Vemos ainda com bons olhos o fato desta estratégia poder ser revista de seis em seis meses, pelo que nos próximos anos possam ser contempladas todas as famílias Lousadenses e portugueses que assim o desejarem e cujos municípios estejam atentos e coloquem como prioridade a Habitação. O Município irá apresentar a sua

Castro
m/
O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Estratégia Local de Habitação junto do IHRU, para efeitos de submissão de candidaturas ao financiamento e comparticipação no âmbito do Programa 1º direito, pelo que iremos votar a favor. Uma coisa é certa, desde que tenho memória, jamais foi feito um programa com este alcance, com esta preocupação social e com este propósito. Não podemos apontar o dedo ao Município por não estar a fazer o que lhe compete, num processo sem precedentes e que contou com o contributo de todos! Pode-se dizer o que quiser, questionar, criticar e até tentar manipular alguns dados. O que é certo, é que cada um de nós tem que se preocupar em fazer o seu trabalho, em benefício exclusivo das nossas populações, para que esta porta de oportunidade esteja aberta aqueles que mais necessitam. A nós, só isto nos interessa, nada mais.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Partido Socialista: «Vieram aqui com a preocupação de "e se não houver dinheiro?" O orçamento é de setecentos!... Vai diminuir?!... Será com tanta especulação que decidiram não trabalhar em prol desta iniciativa? O que quero dizer é que estão a pôr em causa um programa porque pode vir a não surtir resultados? Mas, a verdade é que todos nós temos que nos envolver para que isto corra bem. Já foi aqui salientado e bem que, de 6 meses em 6 meses, pode ser revisto. Quem não conseguiu diagnosticar pode sempre fazê-lo nessa altura. Mas, há outra situação, não venho aqui criticar quem não o fez, venho parabenizar porque fui acompanhando aquilo que nos iam fazendo chegar pelas redes sociais, que em tempo recorde muitos presidentes de Junta, todos, não estou aqui a dizer que foram os do Partido Socialista, vi muitos envolvidos, as instituições das freguesias, e isso é de enaltecer. É por isso que estamos aqui todos, senhores presidentes de Junta, independente do partido, associações, instituições de freguesia, é só isso que tenho a salientar, parabenizar todos os que efetivamente se envolveram independentemente do partido e de ser o Município que está a desenvolver esta estratégia. A estratégia tem uma memória descritiva que por acaso acho muito importante, está um diagnóstico interessante do ponto de vista sociológico e é ao olhar desse ponto de vista que o vejo. Tenho a certeza que os dossiers técnicos que acompanharam esta memória e esta estratégia também estarão e certamente seremos bem-sucedidos com o trabalho de todos aqueles que se envolveram. Os que se envolveram menos tem mais 6 meses para começar a fazer o diagnóstico e apresentar uma boa estratégia da próxima vez.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal: «Relativamente à intervenção do Dr. Pedro Mendes, questionou se o IHRU tem dotação orçamental para as obras porque há problemas no concelho vizinho, não estou por dentro do assunto, não sei se está a referir-se a Paços de Ferreira ou Penafiel, mas não creio que seja por problemas orçamentais do IHRU, se for, com este programa vai haver uma solução. O meu receio é de outra ordem, é que existem frações no Bairro Dr. Abílio que são propriedade privada e no que respeita às partes comuns terá que haver uma comparticipação em função da permilagem. Não sei se este programa vai permitir o apoio nessas situações. Naquilo que compete a cada um, antevejo dificuldades naquelas famílias que não têm vontade ou que não têm condições económicas para fazer face àquilo que lhes couber. Naturalmente que houve a preocupação de incluir o Bairro Dr. Abílio na estratégia para referenciar aquele empreendimento nas necessidades de intervenção, para que se façam as obras necessárias. Queria dar nota, embora já o tenha feito em Assembleias anteriores, que está aprovada a candidatura a outro programa que tínhamos apresentado para fazer uma grande intervenção, ao nível da eficiência energética, nos três empreendimentos de habitação social que temos no concelho da responsabilidade do Município, em Cernadelo, Lustosa e Meinedo. Estamos a preparar o processo para avançar com as empreitadas das obras que vão incidir nas zonas comuns, sobretudo nas coberturas e fachadas, contemplando ainda as águas quentes sanitárias. E com a Estratégia Local de Habitação vamos ter financiamento para obras interiores que no futuro venham a ser necessárias. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, fiquei confuso, não sei se acha que o programa parece bom demais e é difícil de acreditar nele ou quer que o programa corra mal porque só vê defeitos. Confesso que quando o programa surgiu, com tantos recursos, porque nunca houve tantos recursos alocados para a habitação de uma só vez e com uma panóplia tão grande de soluções, eu próprio comentei com a senhora vereadora, que me parecia bom demais. Por isso é que estamos na linha da frente, porque a experiência também me diz que a linha da frente, normalmente, tem mais sorte, porque depois o pote começa a ficar mais vazio. Embora, haja o compromisso do governo de que este programa é para continuar e para serem alocados recursos substanciais para o mesmo, o certo é que se estivermos na linha da frente tanto melhor. Relativamente ao documento, é possível que ele não esteja perfeito mas está um documento bem estruturado e vamos apresentá-lo ao IHRU na expectativa que vai ser aprovado, para que a curto prazo seja possível às

lcastro
m/
A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

famílias que estão referenciadas, poderem aproveitar as diversas linhas de apoio que estão previstas no programa. Referiu que devia ser dado mais importância à questão do arrendamento, a Dra. Sandra já respondeu, é precisamente o arrendamento que tem mais recursos alocados.

Merecem destaque dois programas, o programa do arrendamento acessível e o programa do Porta 65. O nível de informação que pediram podemos facultá-lo sem referir famílias, fazendo uma desagregação de informação do que é isso das ditas condições de indignidade. Já aqui foi explicado, mas para quem não estiver dentro do assunto parece que temos quatrocentas e tal famílias a morar em barracas, mas não é isso. Aliás, o conceito é completamente diferente do passado. Os programas do passado eram sobretudo para isso, já na altura quando concorremos à habitação social foi para erradicar situações de barracas. Nós nunca tivemos barracas, mas tínhamos construções muito precárias, na altura foi para as erradicar. Se eu pudesse voltar atrás e houvesse outros caminhos é evidente que preferia outras soluções que não a habitação social em edifícios multifamiliares, porque tem muitos inconvenientes concentrar pessoas com problemas sociais. Na altura o Município não tinha alternativa, ou tinha feito o que fez ou não tínhamos habitação social. Agora há um avanço enorme de perspetiva daquilo que nós defendíamos. No contacto que temos com a nossa população temos conhecimento de um número significativo de casos que com pequenas obras resolve-se o problema na sua habitação, o certo é que não havia solução nenhuma de financiamento nessas situações. Ainda pensamos em criar uma dotação municipal para o efeito, mas tive receio de estarmos a enveredar por um caminho de legalidade duvidosa, porque a Lei não previa esse tipo de abordagem. Felizmente que este Governo teve esta visão estratégica para resolver um problema grave do País, e quero acreditar que este programa vai resolver o problema de muitas das famílias do nosso Concelho, e não só. Se o dinheiro vai chegar, ou não, não sabemos. Queremos é estar na linha da frente para obter o máximo de proveito para o Concelho. Referiu que há muitas omissões de informação, nomeadamente, o nível de conservação das habitações do bairro, quantas famílias, como é que estão as habitações, etc..., mas isso não tem que constar nesta estratégia, aliás, é outra lógica completamente diferente do passado. No passado, o cerne da questão era o estado das habitações, agora o cerne da questão é o estado das pessoas. O trabalho que foi feito foi de identificação das pessoas que estão em situação de indignidade, desde logo, pela precaridade das habitações, e muitas outras razões, por exemplo, se tivermos um casal que co-habite numa casa, com problemas graves decorrentes de um divórcio e que não tenha condições económicas para

Lousada
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fazer a divisão da casa é considerada uma situação de indignidade e podem, através deste programa, ver o seu problema resolvido. É um conceito muito mais lato do que no passado e, em função de cada caso em concreto, terá de se encontrar a solução, que poderá passar pelo arrendamento, pela reabilitação da habitação onde mora, pela aquisição de uma habitação a custos controlados, porque este programa também o permite. Aliás, em Lousada temos habitação a custos controlados e acho que é um bom exemplo, no prédio junto à GNR, onde temos quatro habitações, e quem não souber não imagina que é são habitações a custos controlados, porque são idênticas a todas as outras. O futuro terá de passar por aí, não só para a aquisição, mas para o arrendamento. Não sei quanto é que o Município vai investir, sei quanto é que o Município vai investir na habitação social de Cernadelo, Meinedo e Lustosa um milhão e tal de euros, que é o que está previsto gastar na intervenção que vamos agora fazer. Porventura poderemos adquirir uma ou outra habitação, mas o ideal é que isso seja a última solução, o ideal é que se recupere as habitações que estão degradadas, que haja promotores que invistam e façam habitação a custos controlados e que recuperem as suas casas para as colocar no mercado do arrendamento a custos acessíveis e que a Câmara intervenha em último caso, em caso de necessidade, para que tudo funcione sem aquele nível assistencialista que foi falado na última Assembleia. É completamente prematuro estar a dizer que a Câmara vai gastar X ou Y, sendo certo que nas obras de requalificação das habitações degradadas, dependendo da precaridade económica do agregado, até pode ser financiado a 100%. O programa parece bom demais. Mas acredito que vai funcionar. É evidente que este valor não chega para o País todo e por isso é que queremos estar na linha da frente para poder alocar o máximo de recursos para o Concelho. Permita-me que lhe diga que lhe fica muito mal vir aqui dizer que há aglomerados em Lousada que parecem o Kosovo. Conheço bem o Concelho e não há parte alguma que possa ter esse tipo de qualificação. Temos algumas habitações muito precárias que precisam de intervenção, isso sim, e é para isso que estamos a trabalhar, é para isso que este programa serve, mas, Sr. Presidente, fica-lhe mal usar essa expressão.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Plano de Estratégia Local de Habitação de Lousada, ao abrigo do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17/08 e no art.º 30.º do DL n.º 37/2018, de 04/06,

Ucastri
mm
[Signature]



Luosto
M
✓

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

conjugada com al. k) do n.º 2 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual” -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO: Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para a “Comissão Municipal de Proteção Civil” -----

----- Neste ponto foi apresentado à Mesa da Assembleia Municipal a única proposta, denominada proposta **A do seguinte teor:** «O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe para representar esta Assembleia na “Comissão Municipal de Proteção Civil” Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente de Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem”. -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu do Partido Socialista: «Foi na União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem que foi criada a primeira Unidade Local de Proteção Civil do concelho de Lousada e única atualmente, cujo objetivo é sensibilizar e informar a população local e apoiar na gestão de ocorrências na freguesia. Esta unidade dispõe de um regulamento funcional específico, aprovado de acordo com as diretrizes legais consagradas na Lei de Bases de Proteção Civil e demais legislação, tendo sido aprovada em Assembleia de Freguesia e pela Comissão Municipal de Proteção Civil de Lousada. Ora, na sua estrutura orgânica, temos um Presidente, que é simultaneamente o presidente da União, um coordenador técnico, com todos os requisitos exigidos e voluntários. Além disso, por força da lei, a Unidade de Proteção Civil deve estar representada na Comissão Municipal de Proteção Civil. Neste sentido, tratando-se da única atualmente, propomos a eleição do prof. Eduardo Vilar, por todo o know-how adquirido e trabalho desenvolvido.» -----

----- Intervenção do Sr. Pedro Mendes do Grupo Municipal CDS/PP: «Gostaria de dizer que não temos nenhuma objeção ao nome proposto, o do Prof. Vilar nem às suas competências. Gostaríamos que numa próxima ocasião, num próximo mandato, que o partido maioritário, que neste caso é o Partido Socialista, consultasse os outros Grupos Municipais, como já aconteceu em outras ocasiões ao longo deste mandato e que foram bastantes produtivas. Seria interessante arranjar um candidato de união e de força. O Grupo Municipal do CDS não têm nada a opor ao candidato



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

apresentado e por essa razão vamos nos abster.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu do Partido Socialista: «Só para dar nota Dr. Pedro Mendes. Eu sei que ainda não teve tempo de estar a par, tinha solicitado uma conferência de representantes à luz do que tem sido previamente acordado, sempre que há assim um assunto, agendei para as 21 horas. Sei que foi em cima da hora, até porque achei que o assunto não oferecesse grandes questões, enviei o convite ao senhor António José Mendes, provavelmente não teve acesso ao email. Falei com o senhor Filipe Barbosa e foi nesse sentido que tentei concertar, não achei que fosse um assunto que criasse muitos congestionamentos, até porque é a única Unidade Local de Proteção Civil. Na sequência da conversa que tivemos, acho que posso dizer, faria sentido se me dissessem: existe outra em Lousada e em condições de igualdade acho que devemos conversar sobre qual dos presidentes devem integrar esta comissão. Acho que faria sentido outro debate, sendo a única Unidade de Local de Proteção Civil, acho que por inerência será o candidato mais provável.» -----

----- Eram vinte e duas horas e quarenta e seis minutos quando saiu definitivamente da Assembleia Municipal o seguinte membro: **Luciana Isabel Dias Martins**, substituta do membro efetivo Júlia Maria Ribeiro. ----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD/PSD: «Primeiro quero congratular pela atitude que teve e está a ver como é simples quando nos ouvem, eliminamos muitas coisas, é fácil, não era preciso na altura termos tido todos aqueles debates para uma coisa tão simples como esta, está muito bem. Não estamos aqui só para dizer mal ou para ser do contra, continue assim, siga o que o PSD diz, fica-lhe bem!...Só há aqui uma questão que queria colocar ao senhor presidente da Câmara Dr. Pedro Machado, os presidentes de Junta foram ouvidos? Numa questão tão simples como esta, porque o que a Maria do Céu aqui veio dizer é quase inabalável da forma como colocou a questão, há que dizê-lo, isto é um assunto que tem quase zero de debate. Havia problema de ouvir os presidentes de Junta do PSD? É o tal concelho a duas velocidades, uma que é para Juntas que são geridas pelo PS, estão com sorte, daquele lado cometeram um crime, concorreram nas listas do PSD. E, repare Dr. Pedro, o que a Maria do Céu fez, foi um *email*, que demorou cinco minutos, nem isso, era um telefonema, auscultava, chegava à mesma questão, simples. Até lhe digo mais, se não fosse esse o imperativo legal, eu próprio questiono, é que se também entendo que daquele lado há presidentes de

lcabstno
by
~
P



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Junta que poderiam ser nomeados, com o mesmo à vontade lhe digo, deste lado também, quanto mais não fosse pelo direito popular que conquistaram para presidir às suas Juntas.» -----

----- Eram vinte e duas horas e quarenta e oito minutos quando saiu definitivamente da Assembleia Municipal o seguinte membro: **António Fernando Morais da Silva**, presidente de Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém. -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal CDS/PP: «Tenho apenas duas notas, primeiro para dizer que efetivamente houve uma convocatória para uma conferência de líderes, é importante dizer, porque quando votamos o Regimento, votaram contra que ficasse em Regimento a conferência de líderes. E, a conferência de líderes obrigatória no Regimento era importante não só para este ponto como para outros pontos, que às vezes existem na Assembleia. Mas a verdade é que o procedimento neste ponto em concreto é exemplar. Mas como aconteceu depois são outras questões, que vamos resolver internamente como se chegou a este procedimento exemplar com um *email* na quinta feira, mas o PS não tem nada a ver com o assunto. Só para dar esta nota. E, depois dizer que: Não obstante não haver nada a dizer contra à pessoa que é indicado pelo Partido Socialista, porque efetivamente a argumentação é inabalável, irrefutável pelos argumentos que apresenta. Não deixa de ser verdade que noutras circunstâncias e aquilo que o Pedro disse gostava de alargar para outros âmbitos, noutras circunstâncias se deve pensar que a Assembleia Municipal de Lousada é constituída por presidentes de Junta de uma Coligação e de um Partido, não existe aqui mais nenhum partido com presidentes de Junta e que sempre são propostos presidentes de Junta para eleição e até para outros órgãos são sempre propostos presidentes do Partido Socialista. É óbvio, que nós temos sempre o direito de propor os nossos que serão derrotados numa eleição em que a maioria da bancada está do lado do Partido Socialista. O que não significa que em questões muito concretas e particulares que exijam votação que possamos chegar a um acordo para que se olhe para aquele lado da bancada e se reconheça que a maioria dos presidentes de Junta do concelho de Lousada está daquele lado da bancada, foram democraticamente e legitimamente eleitos pelos cidadãos das suas freguesias que representam legitimamente e democraticamente esses cidadãos e que tem capacidade inequívoca para em muitas situações representarem o concelho nestes órgãos de nomeação e

Lousada
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

eleição.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu do Partido Socialista: «De facto enviei o *email* como posso receber qualquer email da vossa parte, sempre que acharem que existe teor na ordem de trabalhos que possa ser trabalhada em conferência de representantes. Nós votamos contra a conferência de representantes obrigatória, mas não quer dizer que, se houver algum assunto que queiram ver debatido, estejam completamente à vontade para enviar o *email*, que do mesmo modo como foram solícitos, eu serei também. Reconheço que de facto existem muitos presidentes de Junta que fazem parte da Coligação e devo salientar que aquando da constituição das outras comissões foi tida em conta a questão da proporcionalidade representada nesta Assembleia. Se vocês repararem existem presidentes de Junta e outros membros da Assembleia nas outras comissões, portanto fora de questão que devem estarem representados claramente.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Quería agradecer ao Dr. José Gonçalves por ter animado esta sessão e dizer-lhe que longe de mim querer interferir no que são as competências desta Assembleia. Não compete ao Presidente da Câmara imiscuir-se nos assuntos que são da exclusiva competência da Assembleia porque, para nós Câmara, é indiferente que seja o presidente A ou B.» -----

----- De seguida foi posta à votação, por escrutínio secreto a proposta A do seguinte teor: «O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe para representar esta Assembleia na “Comissão Municipal de Proteção Civil” Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente de Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem.» -----

----- A proposta “A” sobre a eleição de um representante das Juntas de Freguesia para a “Comissão Municipal de Proteção Civil”, foi aprovada por dezoito votos a favor, oito contra, quatro brancos e dois nulos. -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Relatório de Execução Orçamental e Financeiro do 1.º Semestre de 2019 – Lousada Século XXI – Atividades desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal Lda. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Execução Orçamental e Financeiro do 1.º

Costa
my
Ois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Semestre de 2019 – Lousada Século XXI – Atividades desportivas e Recreativas – E.M. – Sociedade Unipessoal, conforme estabelece a alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho. -----

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Figueiras e Covas – Conclusão da Obra do Penedo do Sol, Figueiras. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00€ (dez mil euros), à União de Freguesias de Figueiras e Covas, para a conclusão das obras do Penedo do Sol, em Figueiras, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO: Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga – Pavimentação a cubos de granito de estacionamento da Rua da Igreja e Lagares em Silvares – Conclusão da Obra do Penedo do Sol, Figueiras. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número doze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de subsídio no valor de 6.000,00€ (seis mil euros), à União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, para Pavimentação a Cubos de Granito de Estacionamento da Rua da Igreja e Lagares em Silvares, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número doze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

lcostas
m/
✓



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO SEXTO PONTO: Atribuição de Subsídio à União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem – Construção e beneficiação do edifício da junta de Freguesia de Cristelos. -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Furtado do Grupo Municipal PPD/PSD: «Nestes dois anos de mandato, é a primeira vez que interveio e será pela positiva, sem nunca querer de alguma forma contribuir para que se tenha momentos menos próprios e menos produtivos nesta Assembleia. A razão de vir cá tem a ver só com o esclarecimento, que é pertinente. Os números que dizem respeito a esta construção, que foi mais uma beneficiação do que propriamente uma construção de raiz, os números que foram chegados, porque faço parte da Assembleia de Freguesia e tive o cuidado de tomar conhecimento, levantou-me dúvidas que gostaria de ser esclarecido. E, aproveito para endereçar na pessoa Dora ao presidente da União de Freguesias, o excelente trabalho, que muito prezo em frequentar quando vou às Assembleias e que vou frequentemente durante a semana por questões institucionais, desportivas, sociais e culturais. Partindo do princípio de que a obra teve um valor total de 232.000,00€, que me parece exagerado, a Câmara Municipal em 2017 atribui um subsídio de 60.000,00€ e se tiver errado, corrijam-me, porque foram os números que me foram facultados, não tive acesso às atas, nem execução de contas da Junta de Freguesia, porque não estava presente. A DGAL atribui um subsídio de 49.000,00€, o que perfaz um total de 110.000,00€. O senhor presidente de Junta de Freguesia pede um subsídio que irei votar a favor, porque sou apologista de que devemos ajudar seja de que maneira for, se tivermos possibilidades, 103.000,00€, que perfaz um total e mais um subsídio aquilo que a junta de Freguesia e a Dora poderá corrigir-me se for conveniente, porque farei essas questões na próxima Assembleia, quarta-feira e não tive acesso à convocatória, nem à ordem de trabalhos. Aquilo que a Junta de Cristelos, Boim e Ordem se propõe a pagar será o mobiliário, no valor total de 19.000,00€, quer dizer o quê? Que se juntar os 110.000,00€ que recebeu da Câmara Municipal de Lousada e da DGAL, mais os 103.000,00€ que pede de subsídio, já tendo a noção de que 232.000, 00€, parece-me exagerado para uma reconversão de um edifício, se fosse de raiz ainda poderia ter isso em atenção, embora percebendo todo o processo que foi disputado e terminado e bem concluído pela Junta de Freguesia na pessoa do senhor presidente. Aquilo que me faz criar dúvidas e que seja pertinente para que todos os presidentes da Junta sejam eles PSD e coligação, PS, são as duas forças políticas que estão nas freguesias, o que me causa alguma espécie e peço esclarecimento é que me parece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

substancialmente pouco os capitais próprios que a Junta de freguesia vai alocar a esta obra no valor total de 232.000,00€. Não sei se os Srs. Presidente de Junta quer da coligação, quer do PS corroboram com a minha opinião, mas senão corroborar que o digam. Penso que isto corresponderá a grosso modo a 8% de capitais próprios que a Junta de Freguesia vai alocar a esta construção. Não sei e pergunto ao senhor presidente de Câmara, se este é um princípio universal para todas as Juntas ou para todas as solicitações de apoios pelo município, quer pelas juntas, quer por outras instituições, mas parece-me pouco que seja 8%, no valor total da obra. Por isso deixo ficar aqui a minha opinião, sendo certo que congratulo a Junta de freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, pelo excelente trabalho que fez, pela resolução no processo e a celeridade com que o fez. E, é um lugar onde me apraz lá estar. Mas, gostava de ver isso esclarecido.» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD/PSD:
«Leitura muito rápida Dr. Pedro Machado é indicado que a Câmara participou com a verba de 60 mil euros, conforme deliberação de 17 de junho de 2017. A primeira questão é a seguinte: Na anterior gestão PSD, já a Câmara tinha alocado um subsídio para este fim à Junta de Freguesia de Cristelos, sinceramente neste momento não sei qual foi o valor exato se 30 ou 40 mil. Esse valor está dentro dos 232 mil ou acresce a esse valor final? Segunda questão: É sabido que houve processo em tribunal e é sabido que houve acordos. Esses acordos foram feitos, celebrados, qual o valor dos acordos? O valor dos acordos envolveu qualquer indemnização monetária? Se sim está dentro dos 232 mil ou não? Ou acresce a este valor? Terceira questão: Está aqui indicado como custo mobiliário/equipamento no valor de 19.658,44€. Eu lembro-me está aqui a Dora, o Furtado, não sei em que Assembleia de Freguesia, não foi dado um voto de louvor à empresa Famo pela cedência do mobiliário? Torno a repetir a questão este mobiliário foi ou não cedido pela empresa Famo? Última questão, se foi uma parte, cá estarei para ouvir os esclarecimentos e sem qualquer tipo de problema, virei aqui na segunda ronda para frisar, sem problema. Até porque reparem eu neste momento ainda só estou a questionar e é este o local próprio. Senhor Presidente antes de maior esclarecimento, a obra foi feita, foi inaugurada com pompa e circunstância, mas inaugura obras que no fundo ainda não estão pagas. É que isso é um procedimento socialista, esta obra não está paga. É o que nos parece, é que a obra já foi inaugurada. Quando vou a qualquer lado e compro, pago nem que peça empréstimo, mas a quem eu compro, eu pago. É este o exemplo de uma entidade pública que dá aos seus munícipes e aos privados? É que sabe é que daqui a pouco venho cá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

outra vez, eu posso pensar, mas não quero pensar de qualquer dia vou virar para os Presidentes de Junta PSD e digo-lhes: Olhem para Cristelos!... Sabem como é que resolvem? Façam, inaugurem com pompa e circunstância, depois logo se há-de ver, porque o senhor Presidente Dr. Pedro Machado, já o disse mais de uma vez que não tem um critério para os Presidentes de Junta PS e outro para os Presidentes de Junta PSD, isso é que é necessário aferir ou a Junta tinha meios necessários para na altura fazer o pagamento a quem acabou com as obras e agora que está sem dinheiro ou tem dificuldades está a pedir para ser ressarcida desse valor?» -

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu do Partido Socialista: «Muitas vezes são feitos convites públicos, comunicação social, são feitos avisos que vão ser inauguradas instalações e nós como atores sociais deste concelho devíamos primar sempre por estar presentes, até porque se o tivessem feito como eu fiz no dia 27 de julho, provavelmente veriam muitas das questões agora colocadas dissipadas, porque no dia 27, na inauguração no Centro de Apoio ao Associativismo da União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, que contou com a presença do senhor secretário de Estado da Defesa do Consumidor, João Torres, foi explicado que a obra teve um contrato de financiamento participado pelo programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva, da Direcção Geral das Autarquias Locais, sendo que o valor do contrato ultrapassou 49 mil euros, que representava 50% do projeto inicial desta obra. Quando houve a comunicação sobre este apoio foi dado um prazo de um ano para a conclusão da obra. Este projeto foi feito, foi dado este apoio inicial que não contemplava muito daquilo que seria necessário posteriormente. Ora, a Junta de Freguesia tinha o prazo para executar a obra, sendo que houve para que isto acontecesse teria de haver um compromisso por parte da Câmara de Lousada para se ultrapassar este impasse de 9 anos. É que foi deixada aqui a questão aos Srs. Presidentes de Junta, independentemente do partido de algum dia foi dado este apoio, gostava que se pronunciasse. Este tipo de incitamento sem um esclarecimento adicional não parece muito bem, porque todas as juntas de freguesia tem as suas instalações, a sua sede, condigna. Quando a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem pagavam uma renda, num impasse de 9 anos esteve com aquelas instalações a pagar renda e se todos vocês tiverem que pagar uma renda mensal como a União de Freguesia de Cristelos pagava, gostaria de saber como é que geriam a vossa União de Freguesias e faziam obras? Porque é o tipo de coisas que não se chega e diz não há dinheiro, pois não há dinheiro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque não tinha instalações, num impasse de 9 anos, o que é que acontece? No entanto, houve outros custos inerentes a trabalhos não previstos em projeto, porque havia um projeto inicial, se vocês tiveram oportunidade de visitar as instalações, congratulo-me que me digam que de facto estão de grande qualidade, porque foi o que constatei quando lá estive, são excelentes. A Junta de Freguesia é central na nossa vila, mereci um aspeto digno, recebe a nossa população. E, portanto houve o revestimento interior das salas, não estava previsto. Eu questionei, quando não percebo algumas contas, gosto de saber o motivo das situações, revestimento interior das salas arranjos exteriores, vocês viram os arranjos que estão fantásticos, o sistema de AVAC, sabem quanto é que custam, entre muito outros trabalhos que foram feitos e que não estavam previstos atendendo aos timings. E, agora vejamos não se trata unicamente de uma Junta de Freguesia, se vocês olharem para aquelas instalações nós temos na parte de cima da Junta de Freguesia todo o salão que reveste de uma importância para todas as Associações e não são só da União de Freguesias, são para todas as Associações que tem vindo a pedir a sua utilização atendendo às condições. Nós temos muitas outras infraestruturas que são usadas pelas diferentes Freguesias, esta é o caso, é uma freguesia que reúne um ponto central para as Associações do concelho, não fosse um centro de apoio do associativismo e onde decorrem atividades de bócia, reuniões, seminários, ações de formação, tem duas escolas de dança. Agora pensem assim tem estas que eram necessárias, a Junta merecia há muitos anos este impasse e tem todos os custos associados a este processo. Quem está na gestão das instituições e vocês estão na gestão sabem quanto é que tudo custa, ainda vem perguntar o porquê desta transferência. É óbvio que nós temos que encarar este apoio como encerramento de um ciclo de uma Junta de Freguesia sem instalações próprias, foi o que aconteceu durante todos estes anos e que não tinham dignidade para o seu funcionamento pelo que a Bancada do Partido Socialista só pode votar favoravelmente. Relativamente à questão das contas certamente elas estão elencadas. Permita-me responder diretamente ao que aconteceu em momento algum nós viemos questionar todos os apoios transferidos para a outras Juntas de Freguesia, porque paulatinamente todas estas necessidades tem vindo a ser dadas respostas, nomeadamente aprovamos uma alteração no início da Assembleia, tudo isto tem vindo acontecer. Agora quando é em causa própria toda a gente sossega, mas como é na casa do vizinho é mais fácil fazer alarido.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD/PSD: «Maria do Céu queria esclarecer que em relação aos compromissos assumidos, a renda da Junta de Freguesia de Cristelos, União de Freguesia atualmente, teve uma verba alocada mensalmente no valor de 12 IAS, como tal o IEFP pagou bem a renda.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD/PSD: «Eu, na verdade não iria fazer nenhuma intervenção, estava bastante esclarecido, sereno em relação a este assunto, depois da penúltima intervenção, fiquei com uma dúvida, as obras tinham um custo inicial perto de 100 mil euros e depois mais que duplicaram? Um Instituto qualquer financiou 49 mil, que representava 50% do total obra, nós só agora estamos aprovar mais de 100 mil euros, desculpem foi isso que foi dito aqui, por isso é que estou com dúvidas? Eu, não tinha dúvidas nenhuma antes da penúltima intervenção e ficou gravado que a Maria do Céu, pode ter-se enganado, mas disse que o senhor Secretario de Estado, João Torres tinha dito na inauguração que a obra foi financiada em 50% do valor total e que esse valor foi 49 mil euros, por isso é que fiquei com dúvidas? Então o que é que aconteceu para duplicarem? Só agora, é estamos a aprovar mais do que aquilo que era o valor do projeto inicial, não estou contra as obras, nem contra a qualidade das obras, nem contra a importância das obras, nem contra o mérito que as obras têm para as Associações, para as Coletividades, para tudo que lá se fazem. Não estou contra nada disso, só fiquei com dúvidas quanto aos valores?» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «O apoio que a DGAL deu não foi para a Junta de Freguesia. Contrariamente àquilo que acontecia no passado, em que havia financiamentos para construções das Juntas de Freguesia, não existe atualmente financiamento para esse efeito. O financiamento que a Secretaria de Estado das Autarquias Locais concedeu foi para o 1.º andar, que é um espaço dedicado ao Associativismo, portanto é uma parte diferente da obra. De seguida farei os outros esclarecimentos necessários.» -----

----- Continuação da intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD/PSD: «Nesse aspeto, perfeito, foi por aí que comecei, não tinha dúvidas nenhuma, até à penúltima intervenção. Eu vou colocar e está relacionado com que o meu colega de bancada disse, é uma questão meramente académica, porque nós votaremos favoravelmente. E, claro que ninguém vai roer a corda deste lado da bancada. Mas, e se.... Quem pagaria? É que já foi tudo inaugurado, está tudo feito. E, depois a minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

outra questão que está relacionado com isto, é: Se há disponibilidade financeira para alocar recursos para as outras Juntas de Freguesia, para obras semelhantes, na mesma percentagem. Ou seja, considerando o valor total da obra, daquilo que está orçamentado, para outras obras semelhantes em outras Juntas de Freguesias, se a Câmara tem disponibilidade e garante hoje aqui nesta Assembleia que para obras semelhantes, noutras Freguesias sejam elas deste lado da bancada como daquele lado, a dotação financeira que a Câmara vai colocar é exatamente igual em termos percentuais, porque depois a questão de validade ou da importância da obra para as populações e para as Associações, é indiscutível, porque será o mesmo em Cristelos como será em outra freguesia qualquer do concelho. Por isso a pergunta é: Há uma resposta nesta Assembleia do executivo para dizer que em obras semelhantes (em Sousela estava o Presidente a dizer que chove) alocar exatamente a mesma percentagem para a obra?» -----

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal PPD/PSD: «Nós fomos/somos a favor deste tipo de obras seja em que Junta for, isso não está em causa. Quanto a esta obra o que temos a dizer é muito bem Dr. Pedro Machado. Não é isso que está em discussão, nunca esteve, nem sequer em reunião de Câmara, que votaram favoravelmente, nem sequer em outras Assembleias, quando é o caso de obras neste tipo de equipamento das Juntas, votamos sempre favoravelmente, porque é bom para os lousadenses, para quem lá vai, para quem recebe os munícipes, quer para quem lá trabalhe, quer para quem lá se desloque, deve ter as melhores condições possíveis, os lousadenses merecem. E daqui como podem ver há algumas semelhanças nas duas bancadas como há em outros pontos, não é essa a questão. A questão é outra bem diferente. Ainda, agora estavam ali a falar, olhei este ofício deu entrada em 14 de agosto de 2019, é verdade? Está aqui, mas só agora é que perceberam que era preciso 103 mil a mais, não tinham percebido até à data, andaram a ver o quê? A verdade é esta, está aqui, foi agora em agosto, que eu saiba esta obra não demorou uma semana ou duas. Isto até foi um processo que teve uns contornos diferentes, eu nesta nem pergunto, porque está aqui, não ia questionar, mas depois obrigam a esmiuçar estas coisas, que até são escusadas, porque nós vamos votar favoravelmente, porque nós somos a favor do que é melhor para Lousada e esta obra não foge à regra. Em Cristelos, estão de parabéns as pessoas, a Dora, que deve ter lutado para que isto se concretizasse. Quero-lhe dizer que já lá passei, principalmente a parte frontal está espetacular, não está bonita, está espetacular, é diferente. Quero dizer à Maria do Céu de que não fui eleito para ir ouvir discursos políticos, pré-eleitorais 6 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

outubro. Estou, quase como o Dr. Pedro Machado, há vezes sem querer diz as coisas certas, isto parece bom demais, quando há bocado se referiu ao programa. Eu percebo Dr. Pedro, as eleições são a 6 de outubro, não parece Dr. Pedro é bom demais para ser verdade e nós sabemos, infelizmente as sondagens são o que são, vou ter que dar a mão à palmatória, uma vez mais, vai custar-me, mas isto é assim, é a minha opinião pessoal, o ilusionista lá vai continuar, o que nunca ganhou eleições, que há vezes esquecemo-nos, este tipo de coisas são para ser ditas. Dr. Pedro, no fundo o que quero e já que vou votar a favor, porque confio, é que seja esclarecido disso tudo, porque há pouco se falou, que no discurso do Secretário de Estado, até do betão se falou. É engraçado, o Secretário de Estado não falou das indemnizações que tiveram que dar ou como é que foram feitos os acordos. Lembro-me que aqui há uns tempos, o Presidente da União de Freguesias, veio aqui entendendo não devemos falar muito neste momento sobre isso até porque estamos em negociações. No sentido de responsabilidade sabe o que é que fizemos, engolimos e calamo-nos, porque compreendemos o que queria dizer. Mas, agora chega a altura de tornar tudo transparente, está aqui incluído esse valor? Foi dado algum valor? A questão do mobiliário contínuo sem perceber, gostava de perceber, sabem porquê? Eu, posso estar a ser injusto, por isso é que estou a colocar as questões, a mim o que me causa uma certa impressão, Dr. Pedro, vou deixa-lo contrariamente a si, gostava de falar quando está aí a falar e a explicar tudo.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Quanto à questão do mobiliário que a proposta refere, numa leitura apressada pode-se pensar que são mesas e cadeiras, mas essa componente é muito pequena na ordem dos 2.300,00€. Aliás, há uma sala que foi equipada pela FAMO, refiro-me à sala de formação. Estamos a falar de muitas outras coisas, como por exemplo, 13.000,00€ para o ar condicionado, que faz parte do edifício. A informação podia e devia estar mais precisa.» -----

----- Continuação da intervenção do Sr. José Gonçalves do grupo Municipal PPD/PSD: «Há uma coisa que não percebi, Dr. Pedro, não sei quanto custou a obra? Aqui diz 232 mil, mas com toda sinceridade neste momento, não sei!... Fico à espera que nos esclareça sobre esse ponto? Aqui para os Presidentes de Junta PSD, que às vezes têm que aprenderem, o trunfo político está a ser jogado aqui, eu fiz as obras, custou-me zero, a câmara pagou tudo e vocês têm que comecem aprender estas artimanhas. Está – se a gerar aqui um trunfo político para as próximas autárquicas,

loasto
my



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nesta União de Freguesia, aprendam!...» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD/PSD: «No seguimento, da intervenção anterior, só tenho mais uma questão, que tem a ver com o valor total da obra, porque gostava de saber se nos 230 mil euros, que estão em discussão se dizem respeito inclusivamente aos acabamentos finais da obra ou estamos a considerar os milhares e milhares de euros de obra em grosso, que foram gastos pelo executivo anterior, porque a obra tal como quando foi retomada já tinha um investimento avultadíssimo em termos de construção. E, por isso era importante saber se estes 230 mil euros correspondem ao valor total da obra ou se há outros milhares de euros que lá foram gastos na obra em grosso.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «Antes de mais queria dizer ao Dr. José Gonçalves, mais uma vez, porque já o disse em outras Assembleias Municipais, que falar alto não lhe dá razão. Quanto ao valor da obra que foi questionado, não é a mim que tem de questionar. Podem ir à Assembleia de Freguesia, as reuniões são públicas, e colocam essa questão ao Sr. Presidente de Junta. À Câmara aquilo que lhe compete é saber que efetivamente o apoio que está a ser dado não é superior ao valor da obra. Nós sabemos que a obra custou no mínimo 232 mil euros, conforme consta na informação, mas segundo me disse o Sr. Presidente da Junta há trabalhos que não foram considerados nesse orçamento e a obra terá custado mais do que esse valor. Pela informação que tenho, nesse valor estará incluído tudo aquilo que foi necessário para colocar a obra conforme está, face ao estado em que ela se apresentava aquando do embargo. E, portanto, aquele investimento anterior que foi feito, foi para deitar fora, porque foi dito que foram obras de conservação, dito pelo Jorge Furtado, mas não, foram obras profundas de demolição que custaram muito dinheiro e consolidação da estrutura que foi necessário por força da demolição. E, como é comum dizer-se, por vezes fazer obras de adaptação custa mais dinheiro do que fazer de raiz. No caso concreto houve uma operação complexa de demolição e, pelo que sei, esses trabalhos tiveram de ser feitos quase manualmente, e trabalhos de consolidação de toda a estrutura para que não houvesse problemas estruturais no futuro. E houve ainda indemnizações que tiveram de ser pagas. E, portanto, a obra de facto foi muito complexa e com pena minha, e pena de todos nós, uma parte do investimento que foi feito pelo anterior executivo não foi possível aproveitar. Não estou com isto a culpar, de maneira nenhuma, o anterior executivo, mas é uma constatação. Foi necessário fazer face ao processo

Castro
m/



Lousada
my

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

judicial e chegou-se à conclusão de que o edifício que lá estava construído não tinha condições de ser legalizado e houve que meter mãos à obra e resolver o problema e infelizmente demorou tempo demais a ser resolvido. Como todos sabem, esta era a única Junta de Freguesia que não tinha uma sede, pelo menos com a dignidade que devia ter. Foi-se desenrascando, mas nunca teve de facto um espaço condigno. Fico um bocado triste, porque acho que em algumas intervenções que ouvi parece que vocês não se centram naquilo que é o cerne da questão que é um subsídio que é concedido à União de Freguesias e parece que é um subsídio atribuído ao Prof. Vilar. Não é um subsídio para o Prof. Vilar, é um subsídio para a União de Freguesias e, com o devido respeito, não consigo desligar este assunto do anterior e nomeadamente do resultado das votações. Desculpem, mas não consigo. Acho que nos devemos concentrar naquilo que verdadeiramente interessa e dizer que considerando este valor, que consta da informação, o apoio da Câmara é na ordem dos 70%, porque o apoio que veio da DGAL, foi um extra, porque se não viesse esse apoio a Câmara teria que aumentar a sua comparticipação, ou então a Junta iria ficar com um problema muito mais complicado para resolver. E, portanto, acho que é completamente demagógico vir para aqui dizer que a Câmara tem de fixar critérios iguais para todos. É uma falsa questão, porque esta foi a última a ter a sua sede de Junta de Freguesia. As Juntas podem ter problemas pontuais, mas a resolução desses problemas passará por obras de conservação. Que seja do meu conhecimento, a única Junta de Freguesia que tinha aspiração de pensar num projeto diferente era a União de Freguesias de Nespereira e Casais. Na altura disse ao Sr. Presidente da Junta que era preciso ter calma, porque ainda havia outras prioridades. Como é óbvio, não tem qualquer sentido dizer que a partir daqui vamos ter que pagar x por cento dos investimentos que cada Junta queira fazer na sua sede de Junta. Nem pensar, porque há outras prioridades, como é evidente. Quem nos dera que houvesse essas condições, mas é evidente que temos de analisar caso a caso. E, estamos sempre recetivos para falar convosco e ver caso a caso, para ver se justifica alguma intervenção. Agora, é evidente que ou se canta ou se assobia. Se alocarmos recursos para esse efeito fica tudo o resto para fazer ou parte daquilo que pretendemos fazer. Foi aqui dito que a Câmara já tinha dado um subsídio no anterior mandato, mas isso não corresponde à verdade. Não foi no mandato anterior, foi em outros mandatos anteriores, já foi há muito tempo. Relativamente, ao facto de a obra ter sido inaugurada e não estar paga, essa questão não é a mim que tem de colocar, é ao Sr. Presidente da Junta. Agora, o que lhe posso dizer é que o Sr. Presidente da Junta não é irresponsável e tudo isto foi articulado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

comigo, sem prejuízo do respeito que tenho, quer pelas competências da Câmara Municipal, quer desta Assembleia, a quem cabe decidir, o que disse ao Sr. Prof., na altura em que nos sentamos para abordar este assunto, é que a Câmara naturalmente tinha de fazer um esforço para auxiliar a Junta de Freguesia na concretização deste investimento, mas que naquela altura não havia disponibilidade orçamental. Como sabem, na última Assembleia que foi realizada no dia 28 de junho, houve uma alteração ao orçamento por incorporação do saldo de gerência e foi possível reforçar as dotações para algumas situações, e uma delas foi esta. Aliás, o mesmo foi dito aos outros Presidentes, sendo que me lembro de lhes ter falado que não havia condições para os apoios que solicitaram, mas que depois adiante poderíamos encontrar uma solução com o saldo de gerência e foi por essa razão que só depois de aprovada a alteração ao orçamento é que foi possível agendar esses assuntos à Reunião de Câmara e agendar agora à Assembleia Municipal, sendo certo que em teoria o Sr. Presidente de Junta correu sempre esse risco de esta Assembleia não aprovar, mas ninguém acreditava muito nisso, aliás pelas intervenções que houve dá para perceber que é um assunto para ser aprovado por unanimidade. Não creio que seja isso que está em causa. Se não é isso que está em causa, acho que é inatacável o procedimento, quer da Câmara, quer da Junta de Freguesia de ter prosseguido com a obra e de a ter finalizado, porque ainda estará em prazo para pagar as faturas, porque não é necessário pagar a fatura na hora. Admito que não esteja pago, porque é obvio que a Junta não terá disponibilidade de tesouraria para pagar um valor tão expressivo, mas estará dentro do prazo de pagamento das faturas. E, repudio por completo essa insinuação que o Dr. José Gonçalves fez de que trato os presidentes de Junta de forma diferente. Acho que essa afirmação é completamente injusta, mas até me é útil porque de quando em vez há um ou outro Presidente eleito nas listas do PS que me diz que tratamos melhor os presidentes de Junta do PSD, mas estou de consciência tranquila quer com uns, quer com outros e procuro ser o mais justo possível. É evidente que há momentos em que é necessário dar um apoio maior a uns e noutros momentos dar um apoio maior a outros, mas sem nunca privilegiar as lógicas partidárias, que para mim são secundárias, antes tendo a principal preocupação de satisfazer as necessidades mais prioritárias.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número treze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de um subsídio, no valor de 103.534,94€ (cento e três mil e quinhentos trinta e quatro euros e noventa e

lcastro
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quatro cêntimos), à União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, para a Construção e Beneficiação do Edifício da Junta de Cristelos, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número treze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- DÉCIMO SÉTIMO PONTO: Atribuição de Subsídio ao Parque do Areinho – Meinedo – Construção das Instalações Sanitárias. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número catorze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da atribuição de um subsídio no valor de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), à Junta de freguesia de Meinedo, para a Construção das Instalações Sanitárias para o Parque do Areinho - Meinedo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número catorze foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e dois minutos quando saiu definitivamente da Assembleia Municipal o seguinte membro: **Ricardo Bessa Marques**. -----

----- NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Faltou à sessão os seguintes membros: -----
----- Cidália de Lurdes Pereira Neto e -----
----- Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e um votos. -

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e três minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

lcóstia
lmj
[Handwritten signature]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

A MESA

Maria de Lurdes Oliveira e Castro

(Maria de Lurdes Oliveira de Castro)

José Bernardino Pinto Nogueira

(José Bernardino Pinto Nogueira)

Antero Sousa Correia

(Antero de Sousa Correia)